



PROFESSORES, PROFESSORAS E AS QUESTÕES DE GÊNERO, SEXUALIDADE E HOMOFOBIA NA ESCOLA: ARTICULAÇÕES COM FORMAÇÃO DOCENTE CONTINUADA

Liane Kelen Rizzato¹

Este artigo baseia-se em resultados iniciais e, ainda parciais do projeto de pesquisa intitulado *Professores, professoras e as questões de gênero, sexualidade e homofobia: articulações com formação docente continuada* e apresenta uma breve discussão a respeito de algumas das iniciativas recentes de formação docente continuada em Gênero e Diversidade sexual desenvolvidas por meio de apoio do Brasil sem Homofobia: programa de combate à violência e à discriminação contra GLBT e promoção da cidadania homossexual, lançado em 2004 e do Plano Nacional de Políticas para as mulheres lançado em 2005, em esfera federal.

Políticas Públicas em Gênero e Sexualidade no Brasil

No Brasil ainda é lento o avanço com relação à inclusão da perspectiva de gênero/sexualidade nas políticas educacionais mais amplas, mas houve progressivas mudanças no período entre o final dos anos de 1990 e, com maior ênfase, em meados dos anos 2000, com as políticas formuladas para responder especificamente às desigualdades de gênero e sexualidade identificadas no sistema educacional brasileiro. Houve uma pressão internacional para que o país inserisse essas temáticas nos documentos oficiais. Alguns documentos internacionais contribuíram para essa discussão, como a Declaração Mundial sobre Educação para todos - Tailândia 1990, o Relatório Delors - França 1996, os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) - Estados Unidos 2000, o Projeto Educação para todos (EPT) - Senegal 2000, a declaração de Havana – Cuba 2002 e a Declaração de Buenos Aires - Argentina 2007. Todos esses documentos foram assinados pelo Brasil que assumiu os esforços na questão das desigualdades de oportunidade baseadas em desigualdades de gênero e das diferentes formas de discriminação desencadeando desigualdade de direitos.

Apesar do longo caminho a percorrer, algumas políticas públicas de educação começam a indicar, ao menos, uma preocupação em preparar e orientar o professor para a reflexão e transformação de sua prática em sala de aula e para lidar com a questão da diversidade. Assim o

¹ Pedagoga formada pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo e mestranda pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Membro do EDGES/USP (Grupo de Estudos de Educação, Gênero e Sexualidade). E-mail: lianerizzato@gmail.com



constatam Cláudia Vianna e Sandra Unbehaum (2006) em um exame da introdução do gênero nas políticas públicas de educação entre 1988 e 2002. As autoras chamam a atenção para a presença de reflexões sobre as desigualdades de gênero em documentos voltados para a produção de referências curriculares nacionais. Este é o caso dos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Brasil, RCNEI, 1998) e dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental (Brasil, PCN, 1997). Ambos os documentos são frutos de um longo processo que vem desde a última Constituição Federal do Brasil (CF1988) e é especificado no âmbito da educação pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, n. 9394/96 (Brasil, 1996), na qual a escola deve desempenhar um papel fundamental na construção da cidadania e de um sujeito completo. E, nos termos colocados pela UNESCO em sua principal diretriz: proporcionar educação de qualidade para todos ao longo da vida.

Também podemos registrar outros avanços na agenda de gênero, sexualidade e educação do Governo Federal a partir de 2003. Sob o atual governo, uma importante estrutura institucional passa a incorporar as questões de igualdade de gênero e diversidade sexual em suas secretarias e em vários programas. Em 2003 nasce a Secretaria Especial de Política para as Mulheres (SPM); em 2004 a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) no âmbito do Ministério da Educação (MEC); em 2005 inclui-se um grupo de trabalho sobre discriminação por orientação sexual no Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCD); em 2006 elabora-se o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos - PNEDH e instaura-se a Lei Maria da Penha

É importante notar que esses ganhos para a discussão das questões de gênero e de sexualidade são frutos de uma pressão dos movimentos sociais e de forças vindas da sociedade organizada cobrando do Governo espaços de diálogo e ações efetivas em direção à equiparação dos direitos de parcelas marginalizadas da sociedade. Nesse contexto surge, em 2004 o Brasil sem Homofobia: programa de combate à violência e à discriminação contra GLBT e de promoção da cidadania homossexual. Esse programa é vinculado à Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH) e tem caráter interministerial. O Governo Federal, pressionado pelos movimentos LGBT e feminista, reconhece a necessidade de formular políticas e empreender ações concretas para o reconhecimento da diversidade sexual e de gênero e promover a equidade social, com vistas à efetiva consolidação dos direitos humanos como direito de todas as pessoas. No que se refere à educação, esse Programa tem no item V a menção ao direito à educação, e a promoção de valores de respeito à paz e à não-discriminação por orientação sexual. Ainda em 2004 é realizada a I Conferência Nacional de Políticas para as mulheres e é elaborado o I Plano Nacional de Políticas



para as Mulheres. O item B desse documento é referente a uma proposta de Educação Inclusiva e não-sexista, tendo como um dos objetivos incorporar a perspectiva de gênero, raça, etnia e orientação sexual no processo educacional formal e informal.

Um dos frutos da preocupação com a educação foi a articulação do programa *Brasil sem Homofobia* e do *Plano Nacional de Políticas para as Mulheres* com o Ministério da Educação (MEC/SECAD) e o consenso quanto à necessidade de discutir o tema junto à comunidade escolar, pois a homofobia e as desigualdades de gênero provocam manifestações de injustiça e violência que resultam em exclusão escolar e prejudicam significativamente muitos estudantes.

Iniciativas de Formação docente continuada em Gênero, Sexualidade e Homofobia

Constatada a necessidade e, como signatário do programa *Brasil sem Homofobia e do Plano Nacional de Políticas para as mulheres*, o MEC, por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) e em parceria com a Secretaria de Direitos Humanos passa a apoiar e a disponibilizar verbas para a formação docente continuada visando promover a discussão das questões de gênero, sexualidade e homofobia.

Em agosto de 2005, uma parceria entre Ministério da Educação e Ministério dos Direitos Humanos resultou na liberação de recursos financeiros para um edital de formação continuada de professores na rede pública em todo o País. A proposta era o desenvolvimento de cursos na temática Cidadania e Diversidade Sexual e o edital abria a possibilidade da apresentação de projetos por instituições públicas ou privadas sem fins lucrativos. Foram enviadas um total de 94 solicitações de apoio financeiro para projetos de formação continuada de profissionais da educação para cidadania e diversidade sexual, sendo 64 de Organizações não-governamentais, 6 de Universidades e 24 de órgãos governamentais (13 estados e 11 prefeituras). A comissão de seleção formada por diferentes profissionais selecionou por mérito 48 projetos, selecionando 15 deles para serem financiados em 2005, levando em conta aspectos relativos à territorialidade, viabilidade orçamentária, sustentabilidade e capacidade de multiplicação, assim como experiência da instituição/organização e abrangência temática. A distribuição regional dos projetos se deu da seguinte maneira: 3 projetos na Região Nordeste, 2 projetos na Região Centro-Oeste, 6 na Região Sudeste, 4 na Região Sul e nenhum na região Norte. No Estado de São Paulo, 3 projetos de Organizações não governamentais foram selecionados e na cidade de São Paulo apenas 1.

A experiência acumulada com o projeto Formação de Profissionais da Educação para a Cidadania e Diversidade Sexual, realizado em 2005 e 2006, levou a SECAD/MEC a formatar uma



nova edição que contemplasse de uma maneira mais integrada as agendas relativas a gênero e diversidade de orientação sexual. Dessa forma, em outubro de 2006, foi publicado um novo Termo de Referência/Edital com o intuito de instruir a apresentação, a seleção e o apoio financeiro a projetos de formação de profissionais da educação para promoção e valorização, no contexto escolar, da cultura de reconhecimento da diversidade sexual e da igualdade de gênero, no enfrentamento ao sexismo e à homofobia. A temática proposta para o curso foi Igualdade de Gênero e Diversidade Sexual. Foram recebidos 104 projetos, dos quais 31 foram selecionados com os mesmos parâmetros utilizados em 2005. Desses 31 projetos, 20 são de Ongs, 4 de Universidades, 6 de Órgãos municipais e 1 de órgão federal de Educação Tecnológica. A distribuição regional dos projetos se deu da seguinte maneira: 6 projetos na Região Nordeste, 1 projeto na Região Centro-Oeste, 15 na Região Sudeste, 4 na Região Sul e 3 na região Norte. No estado de São Paulo, 8 projetos de Organizações não governamentais foram selecionados e na cidade de São Paulo, 4 projetos.

O grupo CORSA - Cidadania, Orgulho, Respeito, Solidariedade e Amor, uma Organização Não-Governamental sem fins lucrativos que se dedica desde o ano de 2000 à formação docente continuada e à organização de projetos referentes ao tema, foi a única Ong selecionada na cidade de São Paulo no ano de 2005 e em 2006 foi uma das quatro Ongs que teve o projeto aprovado para realizar a formação continuada de professores da rede pública estadual de ensino nessa cidade. Foi firmada por essa ONG uma parceria com a Ong ECOS – Comunicação em Sexualidade que também tem vasta experiência em projetos de formação na área. Em 2006 ECOS teve projeto aprovado e a parceria entre as Ongs continuou.

A pesquisa em andamento

O curso realizado em 2006 e coordenado pelo CORSA aconteceu na cidade de São Paulo, na Diretoria de Ensino Sul 1 com professores do Ensino Médio e do Ensino Fundamental II da rede pública estadual de ensino. O projeto com o título Convivendo com a Diversidade Sexual na Escola foi desenvolvido e, após experiência, foi revisto e reapresentado para ser realizado em 2007 na Diretoria de Ensino Centro-Oeste com professores do Ensino Médio também da rede pública estadual de ensino da Cidade de São Paulo. É importante dizer que esses cursos tinham caráter optativo e que o diálogo com a Diretoria de Ensino, assim como a divulgação do curso entre os/as professores/as ficava à cargo da Ong responsável.



É no contexto dessas iniciativas, especialmente do último curso realizado pelo CORSA em parceria com a ECOS na Diretoria de Ensino Centro-Oeste no ano de 2007, que está sendo desenvolvida esta pesquisa com professores/as acerca de suas percepções sobre as questões de gênero, sexualidade e homofobia e do modo como lidam com essas temáticas em sua prática como educadores/as. Realizamos a primeira etapa da pesquisa que era reconstruir esse contexto em que as políticas públicas de formação continuada de professores em Gênero, Sexualidade e Homofobia foram construídas, assim como reconhecer as estruturas, os mecanismos e os processos pelos quais elas se dão.

Foi feita análise de toda a documentação referente aos cursos realizados, começando pelo texto do Programa Brasil sem Homofobia e do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, passando pelos Termos de Referência/Editais divulgados e pelos relatórios referentes a esses termos e chegando aos projetos de formação da Ong Corsa em parceria com a Ecos, que foram aprovados e desenvolvidos, assim como aos relatórios de atividades dos cursos.

Os editais analisados trazem uma discussão bem atual dos conceitos de gênero e orientação sexual. O edital de 23 de Outubro de 2006, especificamente, aponta para a existência, no interior da escola, de tratamento diferenciado segundo as identidades de gênero e a orientação sexual, fato que acompanha os processos de empoderamento ou de segregação presentes na sociedade mais ampla. Em sua proposta, esse documento visa “incentivar enfoques que dêem conta dos processos em que gênero e orientação sexual são categorias importantes na construção de corpos, identidades, sexualidades e relações sociais e políticas” Entende que o/a profissional da educação precisa ser preparado/a para lidar com a “violência sexista e homofóbica no cotidiano escolar” que está presente e aparece, muitas vezes como brincadeira e tiração de sarro, mas é, na verdade, uma prática de humilhação e discriminação que atinge todas as pessoas no ambiente escolar. (BRASIL, 2006, p.04 e 05).

Em projeto com o título “Convivendo com a Diversidade Sexual na escola 2”, apresentado em resposta a esse edital, no item 7.2 da “Justificativa do Projeto”, CORSA, em parceria com a ECOS aponta para a importância do desenvolvimento de um trabalho de mudança de mentalidade e de reconstrução de práticas pedagógicas entre os /as professores/as. Entende que a instituição escolar “pode e deve exercer um papel de reverter a mera reprodução e assimilação acrítica dos modelos estereotipados de masculinidades e feminilidades”. A questão “por que educar para a diversidade?” aparece com força na justificativa da proposta de trabalho do CORSA, afirmando que “aceitar a diversidade e dar espaço para as diferentes manifestações sexuais e afetivas é uma opção



ética com relação ao ser humano”. Aponta que deve estar entre as preocupações do educador o combate aos estereótipos de gênero que tracem imagens deturpadas sobre o que é ser homem e mulher. (CORSA, 19 de Novembro de 2006, p. 09).

Nesta fase estão sendo feitas entrevistas com a equipe idealizadora e coordenadora do projeto, buscando compreender as iniciativas realizadas em suas dimensões prática, teórica e conceitual, por meio de conversas sobre os conceitos trabalhados, as discussões realizadas, os objetivos para cada proposta, entre outros aspectos. Busca-se também compreender os desafios colocados para o trabalho com professores/as dentro dessas temáticas, a visão da equipe idealizadora e coordenadora do projeto sobre as reações dos/as participantes do curso às discussões colocadas e sobre a possibilidade de articulação dessas questões com a prática docente.

Em entrevista realizada com o idealizador e coordenador do Projeto em questão, há uma indicação do modo como professores/as percebem o tema:

Existe um policiamento nas relações de gênero, né? Que é quando você descumprir essas normas. Você é imediatamente puxado de volta, quer dizer: “Não. Você passou da linha, volta!” Ou então você é empurrado pra linha e você é considerado transgressor e essas transgressões, uma delas é a homossexualidade. O fato de você ter relações com pessoas do mesmo sexo. Então isso foi dando pra gente uma visão muito ampla daquilo que os professores pensavam e enxergavam. A grande queixa deles era: “a gente não teve isso na faculdade. A gente, em princípio, não tem um preconceito, mas a gente não conhece essa temática, não sabe o que fazer quando ela aparece concretamente na escola”. (Entrevista com Lula Ramires, 21/5/2010)

Essa fala nos traz algumas pistas sobre a condição de professores/as frente à temática das relações de gênero – provavelmente imersos/as nas construções estereotipadas do feminino e do masculino; e da sexualidade – certamente sem parâmetros para tratar a questão sem o viés de proibição, do moralismo e da heteronormatividade. Nas questões das relações de gênero faz-se necessária a desnaturalização do masculino e do feminino e nas questões referentes à sexualidade e à homofobia, um maior entendimento dos processos que nos levam a ter determinadas práticas e não outras, assim como a desestabilização da invisibilidade da diferença e do silenciamento da temática. O ponto chave é a desconstrução da naturalização das relações sociais e a percepção do diferente como sujeito de direitos.

Gênero, quando entendido como um “elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos [e como] um primeiro modo de dar significado às relações de poder” atua como categoria de análise da realidade e resgata o caráter histórico e cultural de diferentes significados masculinos e femininos presentes na sociedade. (SCOTT, 1995, p. 14). A diversidade sexual, discutida sob a ótica da sexualidade como “constitutiva da subjetividade e/ou da identidade social” (HEILBORN, 1999, p. 32) e em uma visão foucaultiana, entendida como uma “invenção social” que se constitui a partir de múltiplos discursos sobre o sexo:



discursos que regulam, normalizam, que instauram saberes, que produzem verdades. É algo a ser interpretado enquanto verdade do sexo e dos prazeres. (FOUCAULT, 1988).

inclusive porque a sensação que a gente tem é que esses professores, porque pra você trabalhar com a questão da diversidade sexual ela faz todo o sentido de você trabalhar de 1ª a 5ª série. Acontece que isso tem que estar em um quadro maior das relações de gênero e essas professoras, tem uma dificuldade, sabe assim, um pouco de entender essa problemática e outra do que fazer. “Acho que do que você está falando você tem razão” (fala das professoras). Mas assim, volta pra escola e continua fazendo as mesmas coisas, né? Então, é complicado. (Entrevista com Lula Ramires, 21/5/2010)

Entender gênero e sexualidade como construções sociais abre caminho para a desconstrução de estereótipos e a desnaturalização de práticas sociais. Apesar de serem dois conceitos distintos, “as várias formas de sexualidade e de gênero são interdependentes, ou seja, afetam umas às outras.” (LOURO, 2004, p. 49). Pode-se pressupor que, a partir do momento que o/a professor/a sensibilizado na temática, visualiza esse quadro maior e entra em contato com essas idéias, percebe o processo de exclusão que se vai formando para aqueles/as que desviam dos roteiros de comportamento pré-estabelecidos para o feminino e o masculino. E, a partir dessa percepção, apropria-se da discussão e, de alguma maneira, passa a pensar essas questões por um outro ângulo. Essa sensibilização para a temática pode, de alguma maneira, influenciar na postura assumida pelo/a professor/a em sua prática, diante de desafios colocados ou até mesmo com iniciativas de intervenções e trabalhos com essas questões.

Então a grande surpresa minha... esses professores diziam: “Poxa, né?E quando teve esse curso, eu achava que não existia homofobia na escola em que eu trabalhava, eu agora vejo ela claramente e eu me sinto muito incitado a fazer uma coisa concreta quanto a isso”. (Entrevista com Lula Ramires, 21/5/2010)

A questão da homofobia aparece intrinsecamente relacionada ao campo das relações de gênero e ao da sexualidade, já que se configura como “a discriminação de pessoas que mostram, ou a quem se atribui, algumas qualidades (ou defeitos) atribuídos a outro gênero” e organiza uma espécie de “vigilância de gênero” em que “a virilidade deve estruturar-se não só em função da negação do feminino, como também da exclusão da homossexualidade”. (BORRILLO, 2001, p. 27). Na escola há a transmissão de uma lógica de conduta sexual e afetiva fortemente baseada em estereótipos de gênero, já que é um espaço inserido em uma sociedade mais ampla que é homofóbica e ainda valoriza uma socialização feminina e masculina fortemente tradicional e defensora do que se insiste em denominar como padrões de “normalidade”. Pode-se supor que, uma vez sensibilizados para a temática da homofobia presente na escola, e isso sob a ótica dos direitos humanos, uma vez notado que a homofobia produz efeitos sobre todo o alunado, professores/as passem a intervir em condutas homofóbicas e a propor discussões que levem em conta a diversidade e o direito de ser diferente.



E a gente, na medida do possível, tentou sempre pensar isso na ótica dos direitos humanos, na ótica da cidadania. Então isso de combater a homofobia tem tudo a ver com combater o machismo, o racismo e o preconceito por deficiência física, etc... né? São coisas que estão presentes na escola. A escola é este caldeirão onde esta diversidade explode, às vezes de maneira muito agressiva e acho que a gente tem um papel de contribuir pra que a diversidade seja incorporada como um valor. (Entrevista com Lula Ramires, 21/5/2010)

Por meio da análise dos documentos e da entrevista realizada com o formulador do projeto, é possível perceber que, apesar de suas limitações, a escola tem sido vista, no contexto dessas iniciativas, como elemento essencial para a construção de uma sociedade mais democrática e pluralista. Apesar de atuar na reprodução de estereótipos de gênero e de práticas ligadas à heteronormatividade, pode configurar-se como um espaço para a mudança de mentalidade e a construção de práticas de respeito à diversidade e aos direitos humanos. Por isso a importância de que os profissionais da educação estejam preparados/as para trabalhar pela cidadania e pela diversidade, para o reconhecimento do direito à livre expressão afetivo-sexual e à livre identidade de gênero. A diferença, muitas vezes parece apresentar uma ameaça e acaba por incitar nas pessoas, respostas preconceituosas e violentas movidas por esse sentimento. Dentro desse contexto, fornecer aos profissionais da educação diretrizes e recursos para lidar com a diferença, seja ela qual for, contribui para a construção de espaços educativos mais acolhedores, livres e democráticos. De acordo com Guacira Lopes Louro, “a sexualidade está na escola porque ela faz parte dos sujeitos, ela não é algo que possa ser desligado ou algo do qual alguém possa se despir.” (2004, p. 81). Desse modo, não levar para o ambiente escolar as discussões sobre essa temática é o mesmo que negar as plurais identidades de gênero e de orientação sexual e insistir em um padrão dicotômico feminino/masculino hoje claramente considerado por muitos/as pesquisadores/as como insuficiente. Essa ótica orientou a formatação do curso em questão, como ilustra a fala do idealizador e coordenador do mesmo.

As dificuldades que eu acho assim é de...a falta de informação, a falta de visibilidade dessa temática [Gênero e sexualidade] dentro da escola, né? E assim por diante. E que esses cursos na verdade agiam no sentido contrário, assim tipo... “Vamos visibilizar, vamos trazer essas questões, vamos trazer bibliografia”. (Entrevista com Lula Ramires, 21/5/2010).

Assim, a articulação destes temas - gênero, sexualidade e homofobia - se reflete, queiramos ou não, no ambiente escolar. De alguma maneira, a grande adesão por parte dos/as professores/as aos cursos oferecidos pelo Corsa em parceria com a Ecos mostra, ainda que de forma bastante incipiente, uma abertura do quadro docente para pensar as questões de gênero, sexualidade e homofobia presentes nas relações dentro da escola. Apesar, é claro, de todas as limitações colocadas pela burocracia da escola enquanto instituição e pelo medo em tratar de temas tão delicados como



esses. E, reconhecendo as inúmeras possibilidades de motivação desses/as profissionais em participar de um curso dentro dessas temáticas.

Os professores, a experiência mostrou que quando você abria a oportunidade, eles vinham (...) sempre teve uma adesão muito grande. (...) o que a gente constatou é que esses professores conseguiam enxergar uma coisa que talvez tenha falado pouco nessa entrevista, que é a homofobia institucional. Quer dizer que está nas regras, quer dizer, esse é um assunto do qual não se fala, ao qual não se dá muita visibilidade. E existem algumas amarras que são invisíveis, né? Não é que a diretora diga, “não pode falar sobre esse assunto”, mas é que cada vez que ele surge você faz com que ele morra na praia sozinho, né? (Entrevista com Lula Ramires, 21/5/2010).

A próxima etapa da pesquisa prevê a realização de entrevistas semi-estruturadas com professores/as que participaram do curso realizado em 2007 na Diretoria de Ensino da Região Centro-Oeste da Cidade de São Paulo, por se configurar como um dos últimos cursos realizados por Ongs com apoio do MEC/SECAD e da Secretaria de Direitos Humanos. A proposta é de verificar qual a percepção deles/as a respeito das questões de gênero, sexualidade e homofobia e como lidam com situações ligadas a essas questões que emergem na escola. A partir das conversas com professores/as será verificada a contribuição ou não da participação no curso para o trabalho com essas questões e serão explorados os impedimentos e/ou motivações para o aprimoramento das práticas docentes com base nas informações recebidas e nas discussões realizadas. Passados três anos da participação no curso, como esses/as professores/as percebem as questões de gênero, sexualidade e homofobia e como lidam com isso na escola?

Acredita-se que a coleta dessas informações será de grande valia para o estudo das articulações entre gênero, sexualidade, homofobia e formação docente continuada.

Bibliografia

BORRILLO, Daniel. *Homofobia*. Barcelona : Edicions Bellaterra, 2001.

BRASIL. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. *Brasil sem Homofobia: Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLBT e Promoção da Cidadania Homossexual*. Brasília, 2004.

BRASIL. Termo de Referência. *Instruções para apresentação e seleção de Projetos de Formação de Profissionais da Educação para a promoção da cultura de reconhecimento da diversidade sexual e da igualdade de gênero*. Brasília: Secretaria de Educação continuada, Alfabetização e Diversidade; Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, 2006.

BRASIL. Cadernos SECAD 4. *Gênero e Diversidade Sexual na Escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos*. Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, Ministério da Educação, 2007.

BRASIL. *Plano Nacional de Políticas para as Mulheres*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as mulheres, 2005.



CORSA. *Convivendo com a Diversidade na escola 2* – Proposta de Projeto Básico. São Paulo, 19 de Novembro de 2006.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.

HEILBORN, Maria Luíza (Org.). *Sexualidade: o olhar das ciências sociais*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, p 206. 1999.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação – uma perspectiva pós-estruturalista*. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

SCOTT, J. W. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez., 1995, p. 71-99.

VASCONCELOS, Celso dos S. *Para onde vai o professor? – resgate do professor como sujeito de transformação*. São Paulo. Libertad, 2003.

VIANNA, Cláudia Pereira; UNBEHAUM, Sandra. *Gênero na educação básica: Quem se importa? uma análise de documentos de políticas públicas no Brasil*. Educação & Sociedade, Ago 2006, vol. 27, nº 95, p. 407 – 428. Disponível em: <http://www.scielo.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/> Acesso em 26/5/2010.